

Quem são as mulheres que pesquisam o futebol? Um olhar sobre a branquitude no campo acadêmico brasileiro dos estudos em comunicação¹

Maria Antônia Diniz Silva²

Milena Soares de Souza³

Soraya Maria Bernardirno Barreto Januário⁴

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Resumo

O trabalho analisa o perfil racial das mulheres produtoras de conhecimento sobre futebol no Brasil, com base em dados coletados por questionário *online* aplicado a 131 pesquisadoras, entre 2023 e 2024. Com a segmentação das respostas por áreas disciplinares, foram traçados os perfis sociais e acadêmicos das pesquisadoras em comunicação, destacando-se a ausência de equidade racial. Este estudo integra o projeto “Rede de Pesquisa e Colaboração Científica em Futebóis e Mulheres”, da UFPE, e articula reflexões teóricas com base em autoras como Carla Akotirene, Sueli Carneiro e Djamila Ribeiro. Os achados apontam para a persistência da branquitude como estrutura dominante nos espaços acadêmicos, mesmo em campos voltados à crítica das exclusões históricas, urgindo a valorização das epistemologias negras no meio científico.

Palavra-chave: Futebol; Raça; Branquitude; Produção científica; Epistemologias negras.

Introdução

No Brasil, a presença de mulheres no campo acadêmico de estudos sobre o futebol evidencia novas perspectivas que frequentemente buscam denunciar desigualdades e ampliar a visibilidade de práticas e narrativas marginalizadas (Goellner, 2021). No entanto, ainda que se constitua como uma área marcada por lutas identitárias e demandas por inclusão, a própria estrutura da produção científica sobre o tema revela contradições profundas. Como apontam Oliveira e Resende (2020), o discurso dominante sempre foi essencialmente branco e difundido pelas elites simbólicas. Partindo do pressuposto de que o meio acadêmico não está imune a essas dinâmicas, este trabalho questiona: quem são as mulheres que pesquisam o futebol e ocupam os espaços institucionais onde se produz esse conhecimento?

¹ Trabalho apresentado no GT IJ07 – Comunicação e Cidadania, da 21ª Jornada de Iniciação Científica em Comunicação (Intercom Júnior), evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação, 6º Semestre, do Curso de Rádio, Tv e Internet do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Bolsista Propesqi/UFPE, e-mail: antonia.diniz@ufpe.br

³ Estudante de Graduação, 6º Semestre, do Curso de Publicidade e Propaganda do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Bolsista Propesqi/UFPE, e-mail: milena.soares@ufpe.br

⁴ Orientadora do trabalho e professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, e-mail: soraya.barreto@ufpe.br

Sugerimos que, mesmo este sendo um campo de estudos crítico e comprometido com pautas feministas, a comunidade de mulheres que pesquisa o futebol no Brasil ainda é majoritariamente composta por pesquisadoras brancas, com destaque para a área da Comunicação, foco deste artigo. Em consonância com Akotirene (2019, p. 29), quando afirma que "Branquitude é um sistema de poder muito além da brancura da pele", buscamos tensionar os padrões de racialidade, centralização regional e concentração disciplinar que atravessam esse campo.

Em suma, como evidenciam González (2020), Ribeiro (2017) e Akotirene (2019), a branquitude não é apenas uma ausência de cor, mas uma posição de privilégio e invisibilização das vozes negras. Refletir sobre quem produz conhecimento é, portanto, fundamental para pensar os limites e as possibilidades de uma ciência verdadeiramente comprometida com a transformação social.

Metodologia

A pesquisa integra o projeto de Iniciação Científica "Rede de Pesquisa e Colaboração Científica em Futebóis e Mulheres" (PIBIC/UFPE), vinculado ao Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E ainda, à ReMuFut (Rede Brasileira de Mulheres Pesquisadoras de Futebóis, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Comunicação - PPGCOM/UFPE, coordenados pela Professora Soraya Barreto Januário. A proposta metodológica adota uma abordagem mista, de natureza exploratória, combinando procedimentos quantitativos e qualitativos com o objetivo de analisar, neste caso, o perfil racial das mulheres que pesquisam o futebol no Brasil.

Os dados foram coletados entre dezembro de 2023 e março de 2024, por meio da aplicação de um formulário online direcionado a pesquisadoras que atuam na área. A divulgação do questionário ocorreu em eventos acadêmicos da área de Comunicação, como o III Seminário Online do Ludopédio, e também em redes de pesquisa e grupos de estudo voltados ao futebol e aos estudos de gênero. A pesquisa mapeou um total de 131 pesquisadoras de diversas áreas do conhecimento. No entanto, para os fins deste artigo, o foco da análise recai sobre o subgrupo de respondentes da área de Comunicação, que totalizam 52 pesquisadoras. As análises e conclusões a seguir referem-se, portanto, a este recorte específico.

A etapa quantitativa consistiu na categorização das respostas com base em variáveis como identidade racial, região, área de formação, temática de pesquisa e inserção institucional. Essa sistematização permitiu identificar padrões estatísticos e construir categorias analíticas que revelam a distribuição racial nas principais temáticas que compõem o campo dos estudos sobre o futebol. Os dados evidenciam a predominância de pesquisadoras brancas na área da Comunicação, um campo que se pretende crítico e que constitui o foco desta análise.

Já a dimensão qualitativa emerge da interpretação crítica desses dados, em articulação com o referencial teórico adotado. Ao interpretar essas presenças — e ausências — à luz de autoras como Akotirene (2019) e González (2020), a pesquisa propõe uma leitura ampliada da branquitude como estrutura que persiste mesmo em campos progressistas e feministas, evidenciando a urgência de políticas afirmativas, da democratização do acesso à ciência e da valorização das epistemologias negras.

O Ecossistema da Colaboração: Fundamentos das Redes de Pesquisa

Enfrentar as estruturas de poder e os mitos consolidados em qualquer campo do saber é uma tarefa árdua. Como adverte Kourganoff (1989), o caminho para a análise lúcida é muitas vezes solitário, pois quem ousa questionar tradições e interesses corporativos arrisca-se a colidir com uma "verdadeira 'cabala de devotos' armados com sofismas engenhosos" (Kourganoff, 1989, p. 14). Este capítulo parte dessa provocação para analisar as redes de colaboração científica não apenas como uma ferramenta de produção de conhecimento, mas como um campo de disputas e um espelho das desigualdades estruturais que se pretende aqui diagnosticar.

A universidade, compreendida como a instituição por excelência dedicada à promoção e socialização do conhecimento, é o espaço no qual a pesquisa ganha vida. Conforme aponta Nez (2014), a instituição está inserida em uma realidade histórica, política e social, da qual é fruto e na qual atua, projetando-se como um centro que pode tanto transmitir o conhecimento quanto questioná-lo. Nesse ambiente, a colaboração científica emerge como um empreendimento que envolve metas comuns, esforço coordenado e resultados pelos quais os colaboradores compartilham responsabilidade e crédito.

Essas colaborações formam o que se conhece como redes de pesquisa. Para Newman (2001), no contexto da produção científica, os atores são os próprios pesquisadores e as ligações entre eles são estabelecidas pela coautoria em um ou mais artigos. Além disso, Newman (2001) ainda conclui que a probabilidade de um pesquisador adquirir novos parceiros de pesquisa cresce de acordo com o número de colaboradores que ele teve no passado. Todavia, a força dessas redes transcende as ligações formais. Como aponta Macedo (1999), o produto final, o artigo publicado, a tese defendida, é apenas a face visível de um intrincado sistema de trocas informais de informações e conhecimentos, consolidadas ao longo do tempo. São essas redes de suporte, muitas vezes invisíveis, que constituem a base essencial do fazer científico.

No contexto deste estudo, o mapeamento visa expor como a branquitude se manifesta como estrutura dominante, questionando se as redes de pesquisa reforçam a centralidade de pesquisadoras brancas, como sugere a hipótese. Por meio de uma abordagem mista que analisa dados de identidade racial, inserção institucional e formação, o projeto busca "destrinchar" a estrutura social que sustenta a produção científica na área. Dessa forma, o mapeamento não é um fim em si mesmo, mas a principal ferramenta metodológica para trazer à luz os mecanismos de exclusão epistemológica e evidenciar as contradições do campo dos estudos em comunicação.

Reatualização de lógicas de exclusão em campos progressistas

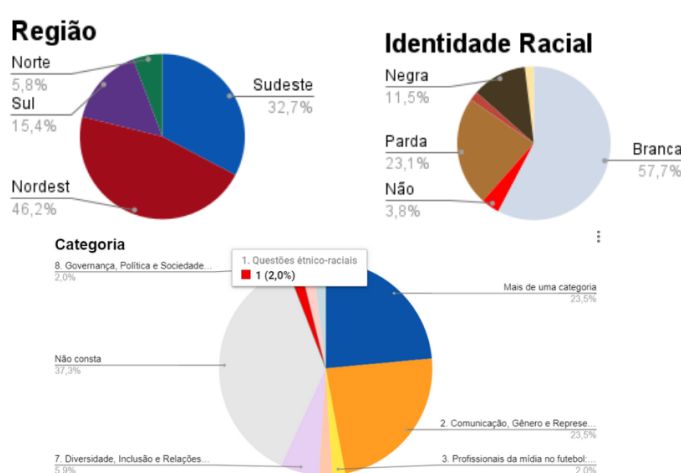
Ainda que determinados campos se apresentem como espaços de resistência e transformação — como a universidade pública, a mídia independente ou o esporte feminino — muitas vezes eles podem reproduzir, sob novas formas, mecanismos antigos de exclusão. A presença de sujeitos historicamente marginalizados nesses contextos não garante uma ruptura com estruturas que por séculos lhes negaram voz. Nesse sentido, certas lógicas excludentes se rearticulam, replicando subordinações e opressões contra os não brancos, sobretudo os negros, inclusive no meio acadêmico (Oliveira; Resende, 2020).

Um exemplo central desse fenômeno é a exclusão epistemológica. Conforme Carneiro (2005), o epistemicídio trata da negação do direito de certos grupos, especialmente mulheres negras, de serem reconhecidos como produtores legítimos de conhecimento. Nos ambientes acadêmicos, mesmo quando compostos majoritariamente

por mulheres, como é o caso deste estudo, a produção científica continua sendo marcada por disparidades raciais, sociais e de formação. Na prática, essa exclusão opera por meio da concentração de poder simbólico e das barreiras institucionais de acesso à pesquisa que estruturam quem tem acesso ao conhecimento (Bourdieu, 1983). Nessa concepção, o campo da Comunicação, apesar de historicamente ter abrigado minorias e dado visibilidade às lutas sociais, também reproduz lógicas excludentes.

Por meio dos dados coletados no âmbito da pesquisa referente ao projeto "Rede de Pesquisa e Colaboração Científica em Futebóis e Mulheres", ficou evidente que, no campo da Comunicação, persiste uma discrepância racial: cerca de 57,7% das respondentes se declararam pessoas brancas e 34,6% mulheres negras. Como as pesquisadoras indígenas e amarelas representam apenas 3,8% da amostra, este trabalho concentrou-se na análise da atuação das mulheres negras no campo. Ademais, mesmo havendo predominância da região Nordeste, área que concentra a maior parte da população negra do país⁵, apenas 2% discutem as questões étnico-raciais em seus trabalhos. Assim, fica evidente a sub-representação do debate racial mesmo em contextos marcados pela presença de sujeitos racializados.

Figura 1: Distribuição racial, regional e temática das pesquisadoras de Comunicação

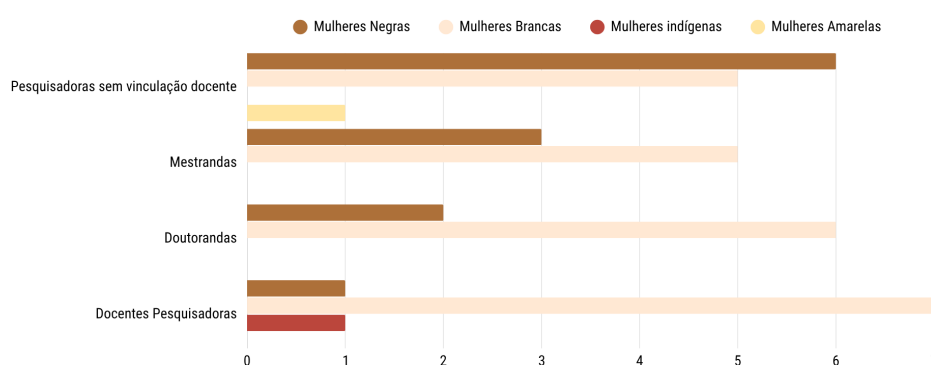


Fonte: Pesquisa “Rede de Pesquisa e Colaboração Científica em Futebóis e Mulheres” (2024)

⁵ De acordo com o Censo 2022, o Nordeste foi a região que teve o maior percentual de população negra (somando-se pretos e pardos). Fonte: IBGE

Esse cenário se agrava quando cruzado com o nível de formação: mulheres negras estão sub-representadas nos estratos mais altos da trajetória acadêmica, como mestrado e doutorado, o que confirma a existência e permanência de barreiras estruturais ao avanço de suas carreiras científicas, conforme defendido por Carneiro (2005) e Bourdieu (1983).

Figura 2: Representação racial nos estratos acadêmicos



Fonte: Pesquisa “Rede de Pesquisa e Colaboração Científica em Futebóis e Mulheres” (2024)

Os dados do gráfico revelam que, dentro do grupo de comunicadoras, entre as pesquisadoras negras, 33,33% atuam sem qualquer vinculação docente formal, 16,67% são mestrandas e 11,11% doutorandas, enquanto apenas 5,56% ocupam o cargo de docente pesquisadora, o que indica uma inserção mais precária no campo acadêmico. Em contraste, entre as pesquisadoras brancas, observa-se uma presença mais expressiva em posições de maior estabilidade acadêmica: 20% são doutorandas, 16,67% mestrandas e 23,33% já atuam como docentes pesquisadoras. O contraste entre os dois grupos reforça a necessidade de refletir sobre os mecanismos que dificultam o avanço das mulheres negras na carreira acadêmica e perpetuam desigualdades estruturais no campo da comunicação.

Para Carneiro (2005), é observável que as universidades são como uma micro representação da sociedade, com a reprodução de estereótipos e baixas expectativas para pessoas negras. Sendo assim, a hierarquia do saber é o reflexo da hierarquia social. Portanto, observar tais dinâmicas de exclusão epistêmica é fundamental para compreender como a inserção de mulheres negras nos espaços científicos não garante autonomia nem escuta efetiva.

Em termos de curiosidade, cabe ressaltar que, segundo o Observatório Racial do Futebol (2021), o perfil racial das jogadoras de futebol no Brasil é majoritariamente negro, uma realidade frequentemente invisibilizada pelos discursos midiáticos e institucionais. Apesar do futebol de mulheres seguir enfrentando desafios estruturais diversos, a presença expressiva de mulheres negras na seleção brasileira e em grandes clubes revela tanto sua centralidade no esporte quanto às contradições de um sistema que se beneficia de seus talentos enquanto apaga suas trajetórias e identidades.

Em suma, as restrições e barreiras compõem o próprio alicerce das desigualdades que atravessam, e se repetem, ainda que sob novos contornos. E é justamente nesse ponto que emergem contradições estruturais no interior da produção acadêmica, sobretudo quando observamos como essas desigualdades se transversalizam entre raça, posição e campo disciplinar.

Desigualdades transversais na produção de conhecimento

A produção acadêmica sobre futebol, quando realizada por mulheres no Brasil, ainda que vinculada a pautas críticas e feministas, tem sido marcada por um padrão de homogeneização racial. Essa contradição expõe os limites da democratização da pesquisa e nos leva a questionar: quem são, de fato, as sujeitas que historicamente têm liberdade e legitimidade para produzir conhecimento sobre o futebol? Esse movimento de reflexão nos direciona a um ponto central e muitas vezes invisibilizado: o lugar da branquitude na configuração desse campo.

Para Akotirene (2019), a branquitude opera como um sistema de poder identitário estruturante: trata-se de uma posição política que organiza o acesso a espaços de produção e reconhecimento do conhecimento. González (2020) já havia nomeado esse processo como o “duplo nó do racismo”, formado pela ideologia do branqueamento e pelo mito da democracia racial, elementos que sustentam a exclusão epistêmica de mulheres negras. Logo, refletir sobre a predominância de pesquisadoras brancas no campo da comunicação não é apenas apontar uma desigualdade estatística, mas denunciar um modelo de ciência ainda alicerçado em estruturas de privilégio.

Desse modo, a crítica proposta neste trabalho não se limita à constatação de desigualdades na produção científica, mas aponta para a necessidade urgente de democratização do acesso à educação superior e à diversidade em programas de

pesquisa. A baixa presença de mulheres negras no espaço acadêmico não se deve à falta de interesse, mas às barreiras estruturais que atravessam seus percursos acadêmicos, incluindo a sub-representação, a deslegitimação de certos temas e a centralidade constante em pautas urgentes à sua trajetória (Oliveira; Resende, 2020).

Sifuentes (2022) enfatiza a alarmante ausência dos estudos sobre raça na pesquisa em Comunicação, representada pelos artigos apresentados no Encontro Anual da Compós⁶ na década de 2010. Apesar da atual ascensão dos movimentos negros e do avanço das ações afirmativas desde o final dos anos 2000, a baixa presença de acadêmicas negras na universidade impacta diretamente os temas investigados, já que a plenitude de pautas raciais exige presença ativa dessas pesquisadoras (Ribeiro, 2017). Portanto, para Sifuentes (2022, p. 24) “não é apressado concluir que a elite intelectual da Comunicação no Brasil está ignorando a temática há muitos anos”. A exemplo disso, a Compós, teve seu primeiro grupo de trabalho direcionado a estas questões criado apenas em junho de 2022, o GT “Comunicação, Raça e Interseccionalidades”.

A baixa presença de mulheres negras no campo da Comunicação não apenas intensifica a solidão acadêmica, mas também compromete a legitimidade da produção científica ao restringir a pluralidade de olhares e experiências que fundamentam a construção do conhecimento. Em um país marcado pela diversidade étnica como o Brasil, a predominância de perspectivas brancas na academia gera riscos de apagamentos, leituras enviesadas e interpretações parciais sobre os sujeitos e os fenômenos sociais estudados (Mendonça; Gominho; Melo, 2022). Ampliar a presença de mulheres negras na pesquisa é, portanto, uma condição indispensável para garantir que o conhecimento produzido reflita de forma mais justa, crítica e representativa as múltiplas realidades que compõem o campo do futebol e suas representações midiáticas.

Contribuição da pesquisa e considerações

A análise do perfil racial das pesquisadoras da área de Comunicação que se dedicam ao estudo do futebol no Brasil evidencia uma realidade preocupante, ainda que tristemente previsível: a predominância de mulheres brancas nesse campo de pesquisa. Essa constatação, ganha aqui respaldo empírico ao ser observada no universo específico

⁶ A Compós, sigla para Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, é uma entidade brasileira que reúne e representa os programas de pós-graduação em comunicação de diversas universidades do país. O “Encontro Anual da Compós” é considerado um dos maiores e mais importantes eventos da área no Brasil.

das mulheres que investigam o futebol no país. O dado não apenas expõe o desequilíbrio racial na composição dessa comunidade científica, como também reforça a urgência de refletir sobre as barreiras que limitam o acesso e a permanência de mulheres negras em posições de produção e reconhecimento dos saberes da comunicação.

A própria existência de uma comunidade de mulheres que pesquisam o futebol pode ser vista como um avanço em um campo historicamente masculino (Goellner, 2021), que busca ampliar a visibilidade das práticas esportivas protagonizadas por mulheres. É precisamente essa aparente conquista, no entanto, que lança uma luz ainda mais forte sobre a persistência das hierarquias raciais. A prevalência de pesquisadoras brancas sugere que, a superação de uma barreira de exclusão abarcada no gênero, não garante a desarticulação de outras questões interseccionais. Pelo contrário, demonstra como a estrutura da branquitude se rearticula para moldar os contornos de um campo emergente, expondo as profundas contradições do que se entende por inclusão e luta identitária no meio acadêmico.

Logo, objetivamos discutir como a branquitude se mantém como estrutura dominante no campo acadêmico, refletindo a democratização do acesso à educação superior e a valorização das epistemologias negras. A posição que o agente ocupa no campo interfere nesse processo de tomada de decisão, sendo um critério importante para a leitura do campo científico (Bourdieu, 1983).

A pesquisa, ao articular reflexões teóricas e estatísticas, busca reforçar a urgência de ações afirmativas e do reconhecimento das epistemologias negras para ampliar o acesso e a diversidade na pesquisa acadêmica. Os dados analisados até aqui evidenciam que a distribuição racial das pesquisadoras do campo é marcada por um padrão homogêneo que desafia os princípios de pluralidade e inclusão que o próprio campo sugere. Esse quadro reforça a necessidade de repensar não apenas quem ocupa os espaços de pesquisa (Barreto Januário, 2022), mas também como esses espaços são organizados e legitimados. Reconhecer essas desigualdades é um passo importante para tensionar as estruturas que sustentam a exclusão e abrir caminho para uma ciência mais diversa, crítica e comprometida com transformações sociais efetivas.

Referências

AKOTIRENE, C. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento/Justificando, 2019.

BARRETO JANUÁRIO, Soraya Maria Bernardino Barreto et al. Mídia e estudos de gênero: um relato de experiência no ensino de publicidade e propaganda. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 4, n. 6, p. 74-93, 2022.

BOURDIEU, P. **O campo científico**. In: ORTIZ, Renato (Org.). Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Acesso em: 06 jun. 2025.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: descontinuidades, resistências e resiliências. **Movimento**, v. 27, p. e27001, 2021.

GONZÁLEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização: Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

KOURGANOFF, V. **A face oculta da universidade**. Porto: Lello & Irmão, 1989.

MACEDO, Tônia Marta Barbosa. **Redes(cobrando) o informal: a inteligência coletiva distribuída**. Monografia (Especialização em Inteligência Competitiva) - IBICT, UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.

MENDONÇA, Érika de Sousa; GOMINHO, Amilson de Carvalho; MELO, Ana Letícia Cordeiro de. **Inclusão de pessoas negras e de saberes afrodiaspóricos em Universidades brasileiras: a diversidade epistêmica como estratégia**. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 17, e19393, 2022. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.17.19393.085. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/894/89470178066/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

NEWMAN, M. E. J. **The structure of scientific networks collaboration**. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, Santa Fe, v. 98, n. 2, p. 404-409, Jan. 2001.

NEZ, Egeslaine de. **Em busca da consolidação da pesquisa e da pós-graduação numa universidade estadual: a construção de redes de pesquisa**. 2014. 284 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

OLIVEIRA, Daniele de; RESENDE, Viviane de Melo. **Branquitude, discurso e representação de mulheres negras no ambiente acadêmico da UFBA**. *Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso*, São Paulo, v. 15, n. 4, out.–dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bak/a/Zm3rJDRRTv9sqNCYnPhvqP/>. Acesso em: 14 jun. 2025.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** 1. ed. Belo Horizonte: Letramento, 2017. (Coleção Feminismos Plurais).

SIFUENTES, Lírian. **Perspectivas interseccionais de gênero, classe e raça: um mapeamento de estudos de Comunicação**. *Revista Mídia e Cotidiano*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 8–27, set./dez. 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/midiaecotidiano/article/view/72860>. Acesso em: 12 jun. 2025.